

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS DA SECRETARIA DE GESTÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS – ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 599/2023

MARKE - COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, empresa brasileira, regularmente inscrita no CNPJ nº 01.010.185/0001-88, estabelecida a Rua Arcanjo São Rafael, nº 169, Bairro Sitio Cercado, Curitiba/PR, tendo como signatária a Sra. Flávia Carlins Bandeira, brasileira, solteira, Comerciante, portadora do RG nº 10.602.828-1, inscrita no CPF nº 084.196.429-75, VEM, mui respeitosamente, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO



Face sua inabilitação no bojo do Pregão Eletrônico nº 28/2023, o que faz pelos fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor:

1. BREVE SINTESE DOS FATOS

A recorrente fora desclassificada no Certame em epígrafe por não apresentar Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso V, da Art. 27, da Lei Nº8.666/93, conforme solicitado em edital. Anexou outro documento na aba correspondente à declaração. Ocorre que acerca deste fato, não fora solicitado nenhuma diligência acerca da comprovação, o que fere o princípio da proporcionalidade, conforme será demonstrado a seguir.

2. DA INABILITAÇÃO INDEVIDA

De antemão cumpre informar que a proposta apresentada por esta recorrente fora a mais vantajosa para a Administração Pública, senão vejamos:

Classificados							
Razão Social			Participante	Melhor Lance	ME		
Inabilitados							
Razão Social			Participante	Melhor Lance	ME		
			MARKE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO EM PRESTAÇÃO DE SSERVIÇOS LTDA	PARTICIPANTE 018	6,45	<input checked="" type="checkbox"/>	
			S L REBONATO JARDINAGEM LTDA.	PARTICIPANTE 030	6,80	<input checked="" type="checkbox"/>	
			CLEIDE MARIA IENI BUENO	PARTICIPANTE 044	7,99	<input checked="" type="checkbox"/>	

Ressalta-se que o intuito das licitações públicas é a economicidade do ente, conforme princípios legais da lei de licitações 8.666/93. Em outras palavras: poderá haver situações em que o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, conforme a técnica da concordância prática ou harmonização, seja mitigado em face de outros princípios do Regime Jurídico Administrativo, a exemplo dos Princípios da Razoabilidade, do Formalismo Moderado e da Competitividade. Tal entendimento fica patente no próprio texto do art. 44 da Lei 8.666/1993, segundo o qual “no julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, **os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei**” (destacamos). Assim, numa ponderação de valores, em determinado caso concreto, uma outra norma ou princípio inserto na Lei 8.666/93 pode prevalecer em face do destacado Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, com sua consequente flexibilização.

O desatendimento de exigências meramente formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público”. (destacamos). Observa-se que foi exatamente isto que ocorreu no caso ora ventilado: por um mero lapso, houve o desatendimento de uma exigência formal não essencial (apresentação de um documento cuja essência poderia ter sido verificada por simples diligência do pregoeiro).

Ademais a exigência de uma prosaica declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso V, da Art. 27, da Lei N°8.666/93, pode ser considerada atendida pela declaração inserida no processo como ANEXO IV, onde proponente apresenta o seguinte texto:

A Empresa MARKE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o N° 01.010.185/0001-88, com sede na Rua ARCANJO SAO RAFAEL, N° 169, SITIO CERCADO - Curitiba/PR – CEP 81910-040 através de seu representante legal infra-assinado sua Sócia Proprietária, FLAVIA CARLINS BANDEIRA, inscrita no CPF 084.196.429-75 e com RG 10.602.828-1 SESP PR, **DECLARA para fins de habilitação que cumpro plenamente os requisitos de habilitação para este Pregão n.º 028/2023.**

A falta da declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso V, da Art. 27, da Lei N°8.666/93, por si só, não é motivo para inabilitação de empresa licitante, uma vez que em outro momento ela **para fins de habilitação que cumpro plenamente os requisitos de habilitação para este Pregão n.º 028/2023**, isto se dá em razão de que à Administração Pública, conforme os ensinamentos de Hely Lopes Meirelles, cabe fazer aquilo que a Lei lhe autoriza, e que em momento algum existe na legislação a permissibilidade de exigência de reconhecimento de firma:

“Na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza, enquanto na Administração privada é possível fazer o que a lei não proíbe.”

Nesse sentido, vale dizer que a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 8666/93) **foi atendida, pois quem cumpre plenamente os requisitos de habilitação, não deixa de realizar o Cumprimento** do Disposto no Inciso V, da Art. 27, da Lei N°8.666/93.

Dessa modo, tem-se que a inabilitação de empresa é desarrazoada, por se mostrar uma exigência desnecessária e que implica unicamente em formalismo acerbado.

Nesse sentido, é fato que as licitações devem atender ao princípio do formalismo procedimental e da vinculação ao edital. No entanto, o Pregão busca atender as necessidades dos entes licitantes com celeridade e, por isso, inspira-se em princípios como oralidade e o informalismo.

Acerca de tal princípio, José dos Santos Carvalho Filho¹ ensina que o *“referido princípio não significa que o procedimento seja absolutamente informal; não é, e nem poderia sê-lo, por se tratar de atividade administrativa. Mas o legislador procurou introduzir alguns métodos e técnicas compatíveis com os modernos meios de comunicação, sobretudo através da informática”*.

Frisa-se que formalismo procedimental não se confunde com excesso de formalismo, que pro sua vez é medida descabida ao Pregão.

José dos Santos Carvalho Filho ² ensina que o *“princípio do formalismo procedimental passa a noção de que as regras do procedimento adotadas para a licitação devem seguir os parâmetros estabelecidos na lei, não sendo lícito aos administradores subvertê-los a seu juízo”*.

Contudo, deve-se atentar para que no cumprimento desse princípio não se peque pelo “formalismo”, consistente no apego exacerbado e à formalidade, a implicar à absoluta frustração da finalidade principal do certame, que é a de selecionar a proposta mais vantajosa para o ente licitante de forma a prestigiar a isonomia entre os interessados.

¹ FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 21ª Edição. Editora Lumen júris:2008. p. 237.

² FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 21ª Edição. Editora Lumen júris:2008. p. 237

De acordo com Hely Lopes Meirelles³, o *procedimento formal*, *entretanto, não se confunde com “formalismo”, que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias. Por isso mesmo não se anula o procedimento diante de meras omissões ou irregularidades formais na documentação nas propostas desde que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração ou aos licitantes.*

Tal situação corresponde exatamente ao caso em tela, visto que cabe ao Pregoeiro, no momento da realização do Pregão, agir com razoabilidade e parcimônia na análise de eventuais falhas e omissões, para que o processo não seja interrompido ou frustrado por conta de excesso de formalismo, o que obviamente não ocorreu, tendo em vista a inabilitação da Recorrente.

Dessa forma, constatando-se a presença de todos os documentos essenciais à habilitação foram devidamente apresentados, deve o Pregoeiro agir com sabedoria e razoabilidade habilitando a empresa Recorrente, tendo em vista que foram satisfeitas as formalidades necessárias à contratação do vencedor.

A habilitação da Recorrente, *in casu*, não fere o princípio da isonomia, havista que a empresa Recorrente efetivamente demonstrou possuir todos os requisitos necessários à habilitação, sem incluir qualquer documento posterior à realização da abertura do certame.

Nesse sentido, o TCU⁴ já decidiu:

Concluiu-se que as desclassificações acima relatadas se deram por razões de aspecto meramente formal, sem levar em consideração o princípio da razoabilidade e a competitividade do certame. As falhas cometidas pelas referidas empresas, a princípio, não provocaram qualquer reflexo em suas propostas, e sua aceitação não feriria a isonomia entre os concorrentes e não teria qualquer efeito indesejável na execução do contrato, somente caracterizando excesso de formalismo em detrimento da competitividade do certame.

³ MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 34ª Edição. Editora Malheiros: São Paulo, 2008. P. 275

⁴ Tc-004.835/2011-5. Acórdão nº 1291/2011 – TCU. Rel. Augusto Sherman Cavalcanti. Julgado em 18/05/2011.

Diante disso, observa-se que a atitude do Pregoeiro de inabilitar a empresa Recorrente merece reforma.

Além disso, vale dizer que tal situação em nada reflete na proposta da empresa Recorrente, bem como não traz qualquer efeito indesejável à execução do contrato, ao contrário, prima pela configuração do princípio da eficiência e da economicidade.

Frisa-se que ainda que no edital conste expressamente que é necessário a apresentação de Crea, tal fato não é razão suficiente para inabilitação da empresa Recorrente. Isso porque a licitação não é um fim em si mesmo, pois embora o procedimento licitatório possua natureza formal, este deve superar e transcender a **burocracia exacerbada e inútil, pois o objetivo do procedimento é garantir a eficácia da máquina administrativa,** orientando-se pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Joel de Menezes Niebuhr ensina que **a jurisprudência e a doutrina vêm assinalando que licitantes não devem ser inabilitados ou desclassificados de licitação pública em virtude do desatendimento de exigência meramente formal, que não se revista de utilidade prática ou que possa ser suprida por elementos ou dados que possam ser aferidos noutros documentos ou noutras informações que constem dos próprios autos do processo de licitação pública.**

O que se percebe, tanto na melhor doutrina quanto na jurisprudência mais aclamada, é a homenagem ao princípio do formalismo moderado, que, aliás, é corolário do princípio da eficiência (CF, art. 37, caput).

De tal sorte, em atendimento aos princípios da razoabilidade, economicidade, vantajosidade, legalidade, julgamento objetivo e eficiência, todos corolários e alicerces do primado do interesse público, essa Administração Pública Municipal, por meio de seu pregoeiro, está diante de oportunidade e conveniência concretas, que autorizam a revisão/revogação da decisão de inabilitação desta requerente, invocando-se, para tanto a autotutela administrativa, prerrogativa inerente ao poder discricionário da Administração Pública..

II – DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer que Vossa Senhoria retorne o procedimento licitatório à fase de habilitação das empresas e declare a empresa MARKE - COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA habilitada para os itens vencidos por esta empresa.

Em não sendo este o entendimento, que os autos sejam remetidos para análise da instância superior.

Termos em que, Pede deferimento.

MARKE - COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA